



UNIVERSIDADE DE BRASILIA – UNB
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

MARIA DA GLORIA PINTO RODRIGUES

INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM SINDROME DE DOWN NO
ENSINO FUNDAMENTAL COMUM

ALEXANIA- GO

2012

MARIA DA GLORIA PINTO RODRIGUES

**INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM SINDROME DE DOWN NO
ENSINO FUNDAMENTAL COMUM**

Monografia apresentada como requisito
para obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia pela Faculdade de Educação –
FE da Universidade de Brasília – UnB.

ALEXANIA – GO

2012

RODRIGUES, Maria da Glória. Inclusão de Estudantes com Síndrome de Down no Ensino Fundamental Comum. Brasília-DF. Março de 2013. 50 páginas. Faculdade de Educação – FE, Universidade de Brasília – UnB.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia.

FE/UnB-UAB

INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM SINDROME DE DOWN NO ENSINO FUNDAMENTAL COMUM

MARIA DA GLORIA PINTO RODRIGUES

Monografia apresentada como
requisito para obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia pela
Faculdade de Educação – FE,
Universidade de Brasília – UnB.

Professor/a Orientador/a: Fátima Lucília Vidal Farias

Membros da Banca Examinadora

a).....

b).....

A Deus pela sua fidelidade e bondade, a ti o meu louvor, gratidão e reconhecimento eterno. Por que dele e por Ele e para Ele são todas as coisas.

AGRADECIMENTOS

A Deus por toda força, perseverança e coragem para concluir mais uma etapa da minha vida acadêmica, mais um sonho realizado. Ao meu eterno namorado e esposo pela parceria e motivação, à minha mãe e aos meus irmãos pelo incentivo e apoio incondicional, aos meus filhos pela paciência e compreensão por não ter sido tão presente, devido a correria dos estudos, às minhas amigas Silene e Áurea, serei eternamente grata pelo apoio e companheirismo,

Ao Ceone coordenador do polo de Alexania, por nos manter sempre informados dos acontecimentos durante todo o curso e por nos dá assistência referente a toda documentação, à Rosa nossa tutora presencial que fez jus a função, sendo realmente presente e pronta a nos orientar, nos ajudar e nos incentivar a continuar firme nessa caminhada nos momentos em nos sentíamos fracos e desmotivados.

A todos os professores e tutores que nos acompanharam durante esses cinco anos de curso pela paciência e dedicação, e agradeço de forma muito especial à orientadora Fátima, que mesmo com toda dificuldade de nos encontrarmos pessoalmente, conseguiu através de seu profissionalismo e carinho me orientar e me tranquilizar nessa etapa final a qual vem sempre acompanhada de muito prazer e ao mesmo tempo muita angustia e ansiedade

Enfim, meu muito obrigada a todos que direta e indiretamente se fizeram presentes nessa etapa ímpar da minha vida.

RESUMO

Este trabalho busca analisar a política educacional inclusiva e a responsabilidade dos governos e dos sistemas escolares, com a formação de qualidade de crianças e jovens com Síndrome de Down numa perspectiva inclusiva, no que se refere aos conteúdos e valores dentro do processo de ensino aprendizagem na escola de ensino regular comum.

A síndrome de Down (SD) é uma condição crônica que impõe múltiplos desafios não só à criança acometida, mas também ao educador. Trata-se de uma desordem cromossômica, a trissomia do cromossomo 21.

Os portadores da SD podem apresentar: hipotonia, baixa estatura, hiperflexibilidade das articulações, mãos pequenas e largas com prega palmar única, face larga e achatada, olhos distantes um do outro, nariz pequeno com base nasal achatada, baixa implantação das orelhas, língua projetada para fora da boca, excesso de pele na nuca, cabelo liso e ralo (PUESCHEL, 1999; SCHWARTZMAN, 1999).

Assim o presente trabalho tem como objetivo conhecer o conceito, origens, causas e características da SD, investigar se existe e quais são as singularidades dos sujeitos com SD analisar e investigar como a entrada dessas crianças beneficia a troca e a possibilidade de alteridade na escola comum e se há alguma diferenciação na intervenção pedagógica do professor com crianças com síndrome de Down, inseridas em sala de regular do ensino fundamental comum.

Palavras-chave: Inclusão. Síndrome de Down. Escola Fundamental

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
PARTE I – Memorial Educativo.....	10
PARTE II – Monografia.....	17
INTRODUÇÃO.....	18
Capítulo 1. Educação Inclusiva.....	20
1.1. Marcos Históricos.....	20
Capítulo 2. Síndrome de Down ...	26
2.1. Definição.....	28
2.2. Causas e origens.....	28
2.3. Características.....	28
2.4. O desenvolvimento da criança.....	32
2.5. A inclusão da criança.....	34
Capítulo 3. METODOLOGIA.....	37
3.1. Caracterização do Estudo de Caso.....	37
3.2. Contexto da Pesquisa	38
3.3 Sujeitos da Pesquisa	38
3.4 Análise dos resultados da Pesquisa.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
PARTE III – Perspectivas futuras.....	47
REFERÊNCIAS.....	50
ANEXOS.....	51

PARTE 1

MEMORIAL

TRAJETÓRIA EDUCACIONAL

MEMORIAL EDUCATIVO

Sou Maria da Glória, nasci em Taguatinga DF, moro atualmente em Santa Maria DF, sou a sexta de oito filhos da união de Alice e Sebastião. Um casal com baixa escolaridade, naturais de Patos de Minas MG, que procuraram Brasília em busca de trabalho e de cuidados médicos, pois meu pai tinha a saúde muito fragilizada.

Posso dizer que minha mãe foi minha primeira e principal educadora, pois foi quem se preocupou e se dedicou integralmente a minha educação, contribuindo para a formação dos meus princípios e valores e para a formação do meu caráter, pois sempre me ensinou e me orientou em relação ao caminho que devia trilhar, priorizando sempre as virtudes indispensáveis a um ser humano tais como: honestidade, respeito a família e ao próximo, obediência aos pais e a Deus, sempre focou como prioridade os estudos, cresci ouvindo da minha mãe que “A Educação é uma moeda de ouro que em toda parte tem valor.”(Antonio Vieira).

Todos os dias a noite, reuníamos no quarto da minha mãe, em sua cama para ouvirmos histórias, algumas bíblicas, outras de sua infância sobre suas travessuras e de seus irmãos, assim como conto de fadas e lendas.

Quando eu estava com oito anos de idade, (em 1980) mudamos para a cidade de Itaguaru GO, minha mãe, meu pai, eu e meus dois irmãos mais novos, os quatro mais velhos ficaram em Brasília, pois já havia conquistado suas independências.

Em Itaguaru cursei a 1ª série, no ano seguinte (1981) mudamos para Itauçu GO, onde estudei da 2ª até a 6ª série, estudar pra mim era um prazer muito grande, era caprichosa e organizada, nunca tirei notas baixas, gostava muito de participar de todos os eventos da escola, principalmente da festa dos dias mães e festa junina. Gostava muito de escrever cartinhas para as minhas professoras, e também de receber, ainda guardo um cartão (em anexo) que ganhei da minha professora Guilhermina quando cursava a segunda serie em 1982.

Tinha um carinho muito grande pelas minhas professoras, as quais eu admirava, as via como se fossem as pessoas mais inteligentes do mundo, e dentro de mim crescia a vontade de ser iguais a elas, em casa gostava de brincar de escolinha, usava a lateral do

fogão a lenha que era revestido de cimento queimado de cor vermelha, para escrever com giz branco, que pedia às professoras na escola.

Em 1986 mudamos para a cidade de Inhumas GO, onde cursei a sétima série, mas nesse mesmo ano algo muito triste aconteceu, perdi meu pai, vítima de uma parada cardíaca, após a morte do meu pai, minha mãe que trabalhava junto a ele num estabelecimento comercial, resolveu não dar continuidade ao ramo, por se tratar de um bar onde vendia bebida alcoólica e havia mesas de jogos (sinuca e pimbolin), pois pensava que sem a presença masculina poderia acontecer de não receber o mesmo respeito por parte dos clientes, e foi pensando em seus filhos, que resolveu então partir para outra atividade.

Em 1987 decidimos então que voltaríamos para Brasília, onde estavam morando meus quatro irmãos mais velhos, e nesse eu ano já com 15 anos, abandonei os estudos para trabalhar e ajudar nas despesas de casa, foi contra a vontade da minha mãe, pois ela sempre lutou para que estudássemos. Ficar sem estudar me deixava angustiada. Sentia um vazio enorme dentro de mim, mas não tinha outro jeito, não dava para estudar a noite, pois morava longe da escola e era muito perigoso.

Talvez por ter sido babá de duas crianças, cujas mães eram enfermeiras. Comecei a sentir o desejo de ser enfermeira e essa ideia foi amadurecendo dentro de mim, somente em pensamento, pois não tinha como realizar nenhum curso naquele momento.

Aos 15 anos, conheci um rapaz por nome de João Paulo, namoramos por dois anos e nos casamos, aos 21 dias do mês de abril de 1990.

Parecia irreal, mal podia acreditar que tinha minha casa, toda arrumadinha, era um sonho, poder cuidar das minhas próprias coisas, administrar o que era meu, com 10 dez meses de casada, engravidei da minha primeira filha Aline, e em novembro de 1991, ela veio ao mundo, era só alegria, não podia me conter de tanta felicidade.

Tudo ia muito bem, quando resolvi que não dava mais para continuar somente dentro de casa, foi aí que resolvi voltar a estudar, e para minha surpresa, o meu marido que nunca havia me contrariado com nada, discordou da minha ideia, chorei muito, mas não voltei atrás com minha decisão, estava determinada e sentia a necessidade de retomar os estudos, pois ao analisar minha vida, não conseguia ver um futuro promissor.

Em 1993, fiz minha matrícula na oitava série do ensino fundamental, numa escola pública, próximo a minha casa, como meu marido só trabalhava no turno matutino, fiz minha matrícula no vespertino, pois nesse caso eu cuidava da minha filha de manhã e a tarde ela ficava com o pai, para que eu pudesse ir à escola, mesmo contrariado por eu estar estudando meu marido cuidava muito bem da minha filha enquanto eu estava na escola.

Meses depois de iniciar as aulas a coordenadora pedagógica passou nas salas de aula e avisou que a partir de tal dia, nenhum aluno entraria na escola sem uniforme, acreditando que meu marido já estava mais conformado, falei que precisaria do dinheiro para comprar o uniforme escolar, e mais uma vez para minha surpresa, ele em tom sério, disse: Que bom! Assim você para de estudar, pois se depender de mim, não darei nenhum centavo. Fiquei desolada, sem saber o que fazer, não queria contar essa situação para minha mãe e nem para meus irmãos, sabia que ia entristecê-los.

Chegou então o dia em que não poderia entrar na escola sem camiseta, foi aí que decidi pedir a camiseta do filho da minha vizinha emprestada, disse que era por poucos dias, logo resolveria a situação, e todos os dias eu usava a camiseta a tarde, lavava e devolvia limpinha, para que o vizinho a usasse de manhã, como o tempo foi passando, preocupada a vizinha perguntou quando que eu ia comprar minha camiseta, e nesse momento tive que contar a verdade a ela, que meu marido não queria comprar a camiseta, por não querer que eu estudasse. Pedi que não contasse a ninguém e que em breve daria um jeito de resolver essa situação. Acontece que essa minha vizinha trabalhava de doméstica na casa de uma amiga minha, mesmo eu pedindo que não contasse nada a ninguém, ela se abriu com essa minha amiga, e no dia seguinte chegou à minha casa com um envelope, um cartão dentro (em anexo) e uma quantia em dinheiro (o qual dava para comprar a minha camiseta e sobrava para comprar todos os outros materiais escolares), quando li, comecei a chorar, queria devolver, me senti muito envergonhada com aquela situação, essa vizinha me pediu que não devolvesse, chegou a me pedir perdão por ter contado minha situação para minha amiga. Quando já estava mais calma, analisei que se tivesse do outro lado da história faria o mesmo, por minha amiga. Comecei então a ficar mais aliviada, não tinha mais um segredo me sufocando, tinha uma amiga para conversar.

Ao ingressar no ensino médio tive duas opções de escolha, científico ou magistério, escolhi então o magistério, não por que era meu sonho ser professora, pois sonhava ser enfermeira, mas por ser um curso profissionalizante imaginei que seria mais fácil arrumar um emprego logo que terminasse o curso e assim poderia conseguir dinheiro para pagar meu curso de técnico em enfermagem. Os dias foram se passando e eu me encantando com tudo que estava aprendendo, amava as aulas de estagio e as didáticas, participava de tudo com muito entusiasmo, fazia meus trabalhos com muito prazer, e realizava meus estágios com muito orgulho, já me sentia professora.

Fiz muitos amigos no decorrer do curso de magistério, eram pessoas comprometidas com a profissão que escolhera e que me proporcionava muita alegria, trocávamos ideias, guardávamos segredos e sonhávamos juntas com um futuro melhor.

No terceiro ano de magistério (1996), comecei a lecionar em uma escolinha particular para uma turma de jardim III – alfabetização, e para minha alegria tive o prazer de ser a primeira professora da minha filha Aline, que já estava com 5 anos de idade, a qual foi tratada como aluna na sala de aula e não como filha, sempre tive o cuidado de não misturar as coisas, para não prejudicá-la futuramente, todas as regras aplicada aos alunos era aplicada rigorosamente a ela também, não tinha regalia por ser minha filha, as vezes ela queria até me chamar de tia como as outras crianças (anexo III).

Conseguí fazer um trabalho muito bom, dei tudo de mim e mais um pouco, era muito dedicada, e toda minha turminha foi alfabetizada, ao final do ano todos sabiam ler e escrever inclusive minha filha, que não tinha cursado jardim I e II, ou seja, o período preparatório. A formatura dessa turma foi uma gracinha (anexo IV). E assim minha vida foi tomando um sentido diferente e prazeroso, pois me sentia enquadrada nas palavras de Freire que foi experimentando-me no mundo que me fiz gente: “Vamo-nos fazendo aos poucos, na prática social de que tomamos parte” (FREIRE, 1993, p. 88).

Em 2000, após ter adquirido experiências boas durante os 5 anos que trabalhei em escola particular, passei num concurso publico na cidade de Ocidental, e o sonho de cursar uma faculdade foi aumentando, mas logo em seguida engravidei do meu segundo filho, Thiago.

Assim acabei por adiar esse meu sonho, mas não me acomodei, comecei a fazer cursos de curto prazo e tomei gosto, não perco uma oportunidade.

Em 2003 passei no concurso de Novo Gama, como era a cidade a qual morava, optei por trabalhar somente em Novo Gama.

Ressalto que sempre estudei em escolas publicas e a maioria dos cursos que fiz foi também gratuitos, oferecidos pelo MEC, UnB ou pelas SMEs.

Durante esses anos participei de vários cursos:

- LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais – nível I (60h)
- _ LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais – nível II (100h)
- Avaliação Psicopedagogica de Educação Infantil; (180 h)
- Metodologias, práticas inovadoras e integração de conteúdos, (40 h);
- Alfabetização e linguagem – Educação inclusiva – (UnB 180h);
- Pró- Letramento – Formação de professores em alfabetização (UnB) 120 h)
- Prevenção do uso de Drogas para Educadores de Escolas Publicas (UnB 180 h);
- Deficiência Intelectual (SME 80h)
- Atendimento Educacional Especializado (UEG 180h).

Chegou o momento de ingressar na faculdade, os filhos já estavam grandinhos, a vida pessoal mais estruturada e o desejo e a necessidade de aperfeiçoar a prática pedagógica aumentando cada vez mais.

E com muita alegria, comentei com minhas colegas de trabalho que tinha decidido ingressar em um curso superior, e foi aí que uma colega me falou da UAB, fiquei muito interessada, fiz a prova do vestibular, passei e hoje tenho a honra de estar na reta final desse curso.

As dificuldades e os desafios logo começaram, pois não entendia nada de informática, a plataforma moodle pra mim era um enigma, por muitas vezes pensei em desistir, foram inúmeras as vezes, que após muitas horas de estudo, muito cansada, já entrando para a madrugada adentro, tomada pelo sono, deitava e falava para o meu esposo, não vou conseguir continuar na UAB/UAB, vou me matricular num curso presencial, estou me sentindo muito só, e desanimada, mas meu esposo ao contrario de

quando nos casamos, que não concordava que eu voltasse a estudar, me deu muita força e me incentivou muito a continuar meus estudos, recebi também o apoio e incentivo de toda minha família, principalmente da minha irmã Dora, que me ajudou muito.

Aos poucos fui me familiarizando mais com a plataforma de aprendizagem e com o ritmo de estudo, fui pegando gosto, aprendi muito, cresci muito.

No primeiro semestre dentre as várias disciplinas obrigatórias e optativas do currículo do curso, o projeto I me proporcionou conhecer um pouco do currículo do curso de pedagogia da faculdade de educação, bem como começar a ampliar meus conhecimentos sobre o significado da pedagogia, do papel do pedagogo, das inúmeras possibilidades de ação do mesmo e dos diversos cenários de possíveis atuação.

Em projeto III cursei, Gestão do Polo frente à situação de Evasão no Curso de Pedagogia a Distancia da UnB/UAB em Alexânia – Goiás..

Onde pude conhecer a história e a importância dessa modalidade de ensino que surgiu como uma estratégia para ampliar o acesso ao ensino, é uma modalidade que vem sendo ampliada de forma gigantesca. Onde pude pesquisar também sobre as atribuições relacionadas à gestão de um polo de educação distância como: Coordenar, orientar e auxiliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão; monitorar o desempenho da infraestrutura, os recursos tecnológicos disponibilizados, assim como as principais causas de evasão no curso de pedagogia no Polo de Alexânia.

No projeto IV pude ampliar meu olhar pedagógico sobre Educação Inclusiva, que abrangeu análise e reflexão relativa ao espaço, tempo, experiência e relações entre o teórico e o prático, visando fortalecer a relação teoria prática numa perspectiva inclusiva, baseado no princípio metodológico de que o desenvolvimento de competências implica em utilizar conceitos na vida acadêmica, profissional e pessoal. Com o objetivo de observar e analisar quais são e como estão sendo utilizados os espaços na educação e como eles contribuem para o processo da educação inclusiva, assim como mediar ações que contribuem para o desenvolvimento desse processo educacional.

As dificuldades continuaram e ainda continuam, porém já me sinto mais preparada para enfrenta-las, já fiz vários outros cursos a distancia e não pretendo parar

por aqui, em breve ingressarei num curso de especialização, o qual pretendo fazer na área de educação inclusiva.

PARTE 2

MONOGRAFIA

**INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM SINDROME DE DOWN NO
ENSINO FUNDAMENTAL COMUM**

INTRODUÇÃO

A política educacional inclusiva diz respeito à responsabilidade dos governos e dos sistemas escolares, com a qualificação de todas as crianças e jovens no que se refere aos conteúdos, conceitos, valores e experiências materializada no processo de ensino aprendizagem, tendo como pré suposto o reconhecimento das diferenças individuais de qualquer origem, independentemente de suas condições sócio econômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, assim, todos devem ser acolhidos nas escolas de ensino regular, as quais devem se adaptar para atender as suas necessidades a fim de combater atitudes discriminatórias.

Considerando que a inclusão é uma obrigatoriedade no setor educacional, é que surgiu a idéia de aprofundar um estudo sobre o processo de inclusão dos alunos com Síndrome de Down nas escolas de Ensino Regular Comum, com o intuito de investigar quais as questões mais comuns no discurso docente quando esses acompanham os processos de aprendizagem e desenvolvimento de estudantes com síndrome de down.

O aluno com Síndrome de Down como qualquer outra criança necessita de atenção especial. Faz-se necessário acolher a todos, independente de condições físicas, intelectuais, sensoriais ou emocionais.

A Constituição Federal do Brasil de 1998 nos Art.206 e 208 enfatiza que todo o aluno deve ter “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...]”; “Atendimento educacional especializado [...]” O Estatuto da criança e do Adolescente, Cap. IV Art.53, diz que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho para assegurar-lhes: “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. A Constituição não garante apenas o direito à educação, mas também o atendimento educacional especializado, ou seja, atendimento das especificidades dos alunos com deficiência, sem prejuízo da escolarização regular decreto 6.253/0 (LDB, 1996).

Se a educação acontece como agente de transformação para todos, acredita-se ser fundamental para os indivíduos com deficiências. As crianças com Síndrome de Down têm a deficiência intelectual como uma de suas características, portanto, é evidente a complexidade e a importância de sua educação.

Este estudo tem por objetivo conhecer e investigar quais as questões mais comuns no discurso docente quando esses acompanham os processos de aprendizagem e desenvolvimento de estudantes com síndrome de down, assim como a relação da metodologia aplicada para melhor atender esses alunos.

Para atingir este objetivo foram estabelecidas as seguintes metas, que configuram os objetivos específicos do estudo:

- Investigar se existe e quais são as singularidades dos sujeitos com síndrome de Down em seu processo de aprendizagem.
- Investigar como a entrada de crianças com deficiência, na escola comum, beneficia a troca e a possibilidade de alteridade na escola comum.
- Pesquisar se há alguma diferenciação na intervenção pedagógica do professor com crianças com síndrome de Down.

O resultado será apresentado através de pesquisa bibliográfica e de campo que mostra como se dá o processo de inclusão do aluno com Síndrome de Down, no ensino regular.

O mesmo será dividido por capítulos onde o primeiro capítulo fala sobre a educação inclusiva: marcos históricos e normatização da educação inclusiva; o segundo capítulo é composto do histórico da Síndrome de Dawn: Definição, causas e origens, características; O desenvolvimento da criança ou adolescente com SD; A inclusão do aluno Com SD. O terceiro capítulo fala da metodologia: caracterização do estudo, sujeitos da pesquisa e análise dos resultados.

Capítulo 1- EDUCAÇÃO INCLUSIVA

1.1 MARCOS HISTÓRICOS E NORMATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p.7-17) analisada do ponto de vista histórico e conceitual, não pode e nem deve ser definida como um movimento passageiro ou mero modismo. A discussão sobre inclusão social deixa de ser uma preocupação dividida entre governantes, especialistas e um grupo delimitado de cidadãos com alguma diferença e passa a ser uma questão fundamental da sociedade. E neste contexto a escola não se constitui de maneira diferente, ela sofre pressões para acompanhar os novos tempos e lidar melhor com a diversidade do público que deve atender. Na busca desta perspectiva se evidenciam inúmeros esforços teóricos, técnicos, políticos, operacionais e didáticos, para a construção de uma educação inclusiva que participe das transformações que um processo como este implica.

Ao longo da história, pode-se facilmente identificar tipos de percepção a respeito das pessoas com deficiência. Quando nos deparamos com as diferenças, algumas atitudes revelam não somente as crenças e os valores individuais, mas também o contexto social em que vivemos.

A luta pelos direitos humanos iniciou com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Em 1960, na Suécia, pela primeira vez crianças deficientes foram introduzidas em classes do ensino comum. Tais direitos foram revogados nos movimentos sociais da mesma década, na França, com a Pedagogia Institucional, com uma nova visão da educação.

Assim afirma Voivodic. (2008) “Essa Pedagogia foi a primeira a perceber a importância do contexto educacional do aluno, revelando que, dependendo da forma como é trabalhado na escola, ele pode desenvolver ou não” (VOIVODIC, 2008, p. 22).

Desde meados dos anos 80 a 90, inicia-se no contexto internacional um movimento realizado por profissionais, pais e as pessoas com deficiência, que lutam contra a idéia de que a educação especial, embora colocada em prática junto com a integração escolar, estava separada em um mundo à parte. Cabe destacar a este respeito, como passo prévio à inclusão, o movimento que aparece nos Estados Unidos da América (EUA), denominado “Regular Education Initiative” (REI). Cujo objetivo era a inclusão na escola comum das crianças com alguma deficiência, com a proposta clara de que todos os alunos, sem exceção, na classe de ensino regular, deve receber uma educação eficaz.

Como continuação desse movimento (REI), outros países aderiram tais idéias, surgindo então o movimento de integração escolar. Pesquisadores na área da educação da época apontavam críticas ao sistema dual de educação, salientando a sua injustiça e ineficácia, realçando a necessidade da fusão dos dois sistemas de ensino, especial e regular em um só.

No Brasil, o movimento de inclusão é proveniente de diferentes influências. Voivodic (2008) lista algumas:

- Liga Mundial pela Inclusão que surgiu nos países europeus na luta contra a exclusão dos deficientes que ficavam isolados em instituições especializadas com educação de caráter segregacionista;
- Liga Internacional pela inclusão do Deficiente Mental, que teve origem na Bélgica, estendendo-se pela Europa, África, Indonésia, Índias, Austrália, Hong-Kong e Américas, com objetivo de estimular o desenvolvimento da criança com deficiência mental e pudessem frequentar escolas regulares;
- A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca no ano de 1994, firmando o compromisso com a educação para todos. Ficando decidida a inclusão de criança, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no sistema comum de educação, onde a escola deve incluir a todos, reconhecendo a diversidade, atendendo a necessidades de cada um e promovendo sua aprendizagem. (VOIVODIC 2008 p 23,24)

Percorrendo um pouco mais no histórico da educação especial no Brasil, observa-se que o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto de Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. (Brasil, 2008. p7-17).

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino (Brasil, 1961. s/n).

A Lei nº. 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os alunos com deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável, quanto à idade regular de matrícula e os superdotados, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas. (Brasil, 1971. s/n).

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil (BRASIL, 2008). Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de “políticas especiais” para tratar da educação de alunos com deficiência.

O Estatuto da criança e do Adolescente, Cap. IV Art.53, diz que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho para assegurar-lhes: “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, no Art. 55, reforça os dispositivos legais ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1990, p 58).

Cabe destacar a Convenção dos Direitos da Criança realizada em nova York em 1989; A Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em Jomtiem (Tailândia) em 1999; A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca (Espanha), em 1994, e a mais recente no ano de 2000, acontecida em Dakar (Senegal), com o título de: Fórum Consultivo Internacional para a Educação para Todos. (BRASIL, 2008. p 7-17). A partir desses marcos legal é publicada (1994) a Política Nacional de Educação Especial orientando processo de integração e acesso às classes comuns do ensino regular aos alunos que possuem condições de acompanhar e de desenvolver as atividades curriculares propostas para o ensino comum, no mesmo ritmo que os demais.

A Declaração de Salamanca (1994) contribuiu de maneira incisiva para impulsionar a Educação Inclusiva em todo o Mundo. Nessa conferencia participaram noventa e dois governos e vinte e cinco organizações internacionais, que reconheceram a necessidade e urgência de que o ensino chegasse a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no âmbito da escola regular. Com este fim, estabeleceram um plano de ação cujo principio norteador mostrava que as escolas deveriam acolher a todas as crianças, independente das suas condições físicas, sociais, emocionais e outras. (BRASIL, 1994. s/n).

A escola está frente ao desafio de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com êxito a todas as crianças, inclusive àquelas que têm deficiências graves, e também havendo a necessidade de adaptar a aprendizagem, o ambiente, métodos e tudo o que for necessário para que este público seja alcançado. Nessa perspectiva, esta Declaração proclama:

- Todas as crianças têm direito à Educação e deve-se dar a elas a oportunidade de alcançar e manter um nível aceitável de conhecimentos;
- Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias;
- Os sistemas de ensino devem ser organizados e os programas aplicados de modo que tenham em conta todas as diferentes características e necessidades;
- As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns;

- As escolas comuns devem representar um meio mais eficaz para combater as atividades discriminatórias, criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora, e alcançar a educação para todos. (BRASIL, 1994. s/n).

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, no art.59, preconiza que:

- Os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específica para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingem o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para a conclusão do programa escolar. (BRASIL, 1996 s/n).

Acompanhando o processo de mudança, as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, Resolução CNE/CEB nº2/2001, no art. 2º, determinam que:

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem se para o atendimento aos educando com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, s/n).”

Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento o Acesso de Alunos com Deficiências às Escolas de Classes Comuns da Rede Regular (Brasil, 2004 p 12), com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

A fim de impulsionar a inclusão educacional e social, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) em 2007 regulamentou leis que estabelecessem normas e critérios para promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Segundo o consultor de inclusão escolar Romeu Kazumi Sasaki (2009), existe seis dimensões de acessibilidade:

(**arquitetônica**) sem barreiras ambientais físicas; (**comunicacional**) sem barreira na comunicação interpessoal, verbal, gestual, escrita e virtual, (**metodológica**) sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo, adequações metodológicas, didáticas, curriculares bem como no processo avaliativo; (**instrumental**) sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudos, atividades da vida diária, dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais; (**programática**) sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas, decretos, portarias, resoluções, entre outros; e (**atitudinal**) por meio de programas e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. (SASSAKI, 2009 p.10-16).

Sinais desse processo de construção são visíveis e crescentes, nas escolas, na mídia, nos programas governamentais entre outros. No Brasil os resultados ainda são pequenos, porém animadores, pois a cada dia um novo grupo surge desejando conhecer e aplicar a metodologia da inclusão escolar. Partindo do pressuposto de que toda criança com ou sem deficiência, tem o direito de estudar juntas para crescer como cidadão capaz de conviver em uma sociedade sem discriminação e preconceito. A inclusão não é somente para os alunos com deficiência, mas para todos os alunos, educadores, pais e comunidade.

CAPÍTULO 2

SÍNDROME DE DOWN: CAUSAS, ORIGENS E CARACTERÍSTICAS FÍSICAS.

2.1 – Definição

A síndrome de Down é uma ocorrência genética natural e universal, estando presente em todas as raças e classes sociais. É a alteração genética mais comum, sendo registrada aproximadamente em 1 de cada 700 nascimentos. Não é uma doença e, portanto, a síndrome de Down também não é contagiosa.

É caracterizada por um erro na distribuição dos cromossomos das células, apresentando um cromossomo extra no par 21, provocando um desequilíbrio da função reguladora que os genes exercem e se chama trissomia do par 21, por que existem três cromossomos 21 em vez de 2, o cromossomo 21 contém 329 genes cerca de 1% do genoma humano total, nem todos os genes do cromossomo 21 estão associados a SD.

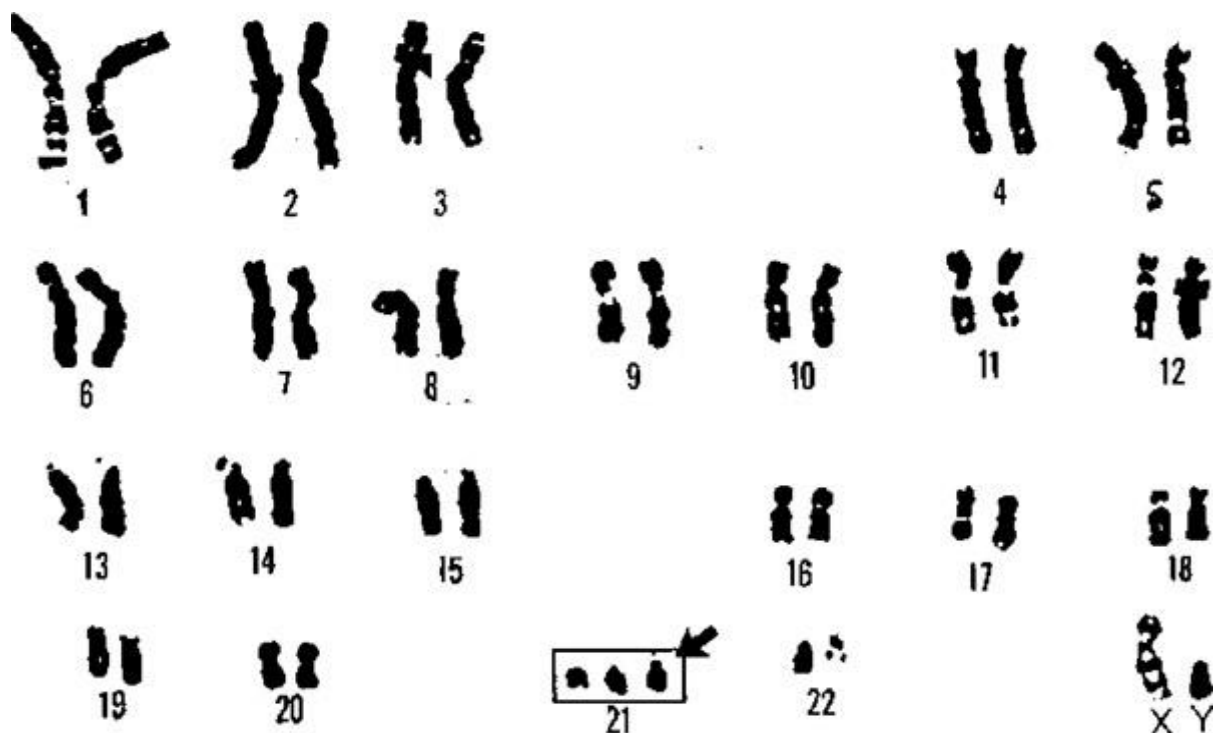
2.2 – Origem e Causas

O nome foi em homenagem a John Langdon Down, médico britânico que descreveu a síndrome em 1862. A sua causa genética foi descoberta em 1958 pelo professor Jérôme Lejeune, que descobriu uma cópia extra do cromossoma 21. O Dr. Lejeune dedicou a sua vida à pesquisa genética visando melhorar a qualidade de vida dos portadores da trissomia do 21.

Dentro de cada célula do nosso corpo, estão os cromossomos, responsáveis pela cor dos olhos, altura, sexo e também por todo o funcionamento e forma de cada órgão do corpo interno, como o coração, estômago, cérebro, etc. Cada uma das células possui 46 cromossomos, que são iguais, dois a dois, quer dizer, existem 23 pares ou duplas de cromossomos dentro de cada célula. Um desses cromossomos, chamado de nº 21 é que está alterado na Síndrome de Down. A criança que possui a Síndrome de Down, tem um cromossomo 21 a mais, ou seja, ela tem três cromossomos 21, ao invés de ter dois, é a trissomia 21. Portanto a causa da Síndrome de Down é a trissomia do cromossomo 21. Podemos dizer que é um acidente genético. Esse erro não está no controle de ninguém.

É a mais estudada entre as doenças congênitas que atrapalham o desenvolvimento intelectual. Os efeitos dessa incidência variam muito entre os indivíduos, dependendo, por exemplo, da extensão da cópia extra, de fatores ambientais e de probabilidades. Esta carga genética está presente desde o desenvolvimento intrauterino e caracterizará o indivíduo ao longo de sua vida.

Essa condição genética pode ter quatro origens possíveis:



Trissomia Simples: Ocorre a não disjunção do cromossomo 21; o terceiro cromossomo extra ao par 21(trissomia), causando a síndrome. Sua incidência é a mais comum, sendo suas causas discutíveis, já que os pais têm cariótipo normal, e a trissomia se dá por acidente. Dessa maneira, na medida em que o feto se desenvolve, todas as células acabariam por assumir um cromossomo 21 extra, sendo essa a alteração equivalente a aproximadamente 96% dos casos.

Trissomia por translocação: A translocação se dá quando um cromossomo do par 21 e o outro, ao qual se agrupou, sofrem uma quebra na sua região central. Ocorre em cerca de 2% dos casos. Não se notam diferenças clínicas entre as crianças com trissomia simples ou por translocação.

Mosaicismo: Presença de um percentual de células normais (46 cromossomos) e outro percentual com células trissômicas (47 cromossomos). A causa desta “falha” é, até o momento, desconhecida, mas sabe-se, que é pequena a probabilidade de reincidência numa mesma família. O Mosaicismo ocorre em cerca de 2% dos casos. (VOIVODIC. 2008, p 42)

Geralmente a identificação do indivíduo com SD é feita na ocasião do nascimento ou logo após, pela presença de varias características físicas que podem ser verificadas pelo médico. O diagnóstico pré- natal também pode ser utilizado com testes sanguíneos onde são colhidas amostras da mãe, na qual se procura a possível presença de anomalia cromossômica. A combinação de testes e ultrassonografia pode chegar a um alto índice de acerto. Algumas alterações nas características podem ser observadas já no feto com SD, entretanto, embora estas alterações possam levantar suspeita da presença da SD, não permitem um diagnóstico conclusivo. Sabendo que o diagnóstico definitivo é alcançado com estudo cromossômico (cariótipo). O cariótipo corresponde à identidade genética do ser humano e é por meio de um exame conhecido como cariograma que se torna possível obtê-lo, mesmo no feto.

2.3 – Características físicas

As crianças com SD apresentam características físicas semelhantes como: cabelo liso e fino, olhos com linha ascendente e dobras da pele nos cantos internos, nariz pequeno e pouco achatado, rosto redondo, orelhas pequenas, baixa estatura, pescoço curto e grosso, flacidez muscular, mãos pequenas com dedos curtos, prega palmar única.

Segundo Cunningham (2008), a presença de pelo menos seis dentre os dez sinais descrito, justifica o diagnóstico clínico da criança com SD:

- **Tônus muscular reduzido no nascimento:** O bebê pode ter baixo tônus muscular (hipotonia) e moleza ao nascer e a tendência de ter as articulações frouxas (hiperflexibilidade) aumenta essa sensação de moleza.
- **Excesso de pele na nuca:** O pescoço do bebê parece um pouco curto, com dobras de pele soltas nos lados e na nuca, que desaparece na medida em que a criança cresce.
- **Nariz achatado:** O rosto tem uma aparência achatada - a ponta do nariz tende a ser baixa e as bochechas altas. Isso torna o nariz pequeno e grosso.
- **Articulações separadas entre os ossos do crânio (suturas).** Os pontos macios da cabeça – os fontanelos conhecidos também como fontanelas, são maiores do que o normal e, ocasionalmente, há um ponto macio no meio (moleira). Como o desenvolvimento da criança com SD é mais lento do que as outras crianças os ossos do crânio demoram mais para se unir.
- **Uma única dobra na palma da mão:** quase metade das crianças tem uma única dobra ao longo da palma da mão – a linha simiesca ou simiana – em uma ou em ambas as mãos. Também podem ter uma dobra na sola do pé, os pés tendem a ser largos e os dedos dos pés bastante curtos.
- **Orelhas pequenas:** As orelhas tendem a ser pequenas e geralmente são baixas – a parte de cima da orelha pode ser dobrada ou em grande parte o lóbulo da orelha é muito pequeno ou ausente.
- **Boca pequena:** A boca parece menor e os lábios mais finos que o normal, há menos espaço dentro da boca, o céu da boca é mais plano com um arco elevado no meio – chamado palato em “catedral” ou “ campanário”. Devido a essa cavidade ser menor, a língua tem menos espaço e tende a sair da boca. A boca geralmente permanece aberta, pois os músculos do maxilar e da língua tendem a ser frouxos.

- **Olhos inclinados para cima:** Os olhos inclinam se para cima e para fora, muitas vezes exagerado por uma dobra da pele sobre o canto interno do olho (dobra ou prega epicântica), a abertura do olho é curta e estreita.
- **Mãos largas e pequenas com dedos curtos:** as mãos costumam ser largas e achatadas, e os dedos curtos, o dedo mínimo geralmente é curto com uma única dobra.
- **Pontos brancos na parte colorida dos olhos:** de 30 a 70 % das crianças tem pequenas manchas brancas na borda da Iris (chamadas manchas de bruchfield).

Cunningham (2008) destaca também, que algumas dessas características mudam conforme a criança cresce. Por exemplo: a moleza diminuem, as dobras cutâneas interiores nos olhos tornam se menos visíveis, a forma da boca muda a medida que surgem dentes e muitas das crianças conseguem manter a língua dentro da boca à medida que o tônus muscular dos maxilares e da língua aumenta. Esclarece também que o fato da criança ter mais característica físicas não significa que ela será considerada mais deficiente, muitas vezes acreditam-se que quanto mais visíveis forem as características físicas maior será o grau de retardo mental.

As variações do desenvolvimento cognitivo das crianças com síndrome Down, depende muito dos **estímulos** precoce que lhes são oferecidos.

Estimulação Precoce: A Estimulação Precoce é uma ciência baseada nas Neurociências, na Pedagogia e nas Psicologia Cognitivas e Evolutivas com a finalidade de favorecer o desenvolvimento integral da criança. A Estimulação Precoce (EP) faz uso de experiências significativas nas quais intervêm os sentidos, a percepção e o prazer da exploração, o descobrimento, o autocontrole tendo como finalidade o desenvolvimento da inteligência, sem deixar de reconhecer os vínculos afetivos. Um aspecto a destacar é que, a criança é quem gera, modifica, demanda e constrói suas experiências de acordo com seus interesses e necessidades. (NAVARRO, 2009, p. 5).

Como podemos lembrar no caso da atriz Joana Mocarvel que interpretou a personagem Clarinha na novela "Páginas da Vida" exibida pela Rede Globo, que desde o seu nascimento é acompanhada por diversas terapias que a auxiliam o seu

desenvolvimento, mas em termo geral, enquanto uma criança sem síndrome costuma a falar por volta dos 12 aos 24 meses a criança com Síndrome de Down inicia a oralidade por volta dos 3 aos 5 anos de idade, podendo também acontecer mais tarde.

2.4 - O Desenvolvimento Da Criança Com Síndrome De Down

O desenvolvimento humano tem início no momento da concepção e segue ao longo de todo o ciclo vital. Essa evolução, nem sempre é linear, e se dá em diversos campos da existência, tais como afetivo, cognitivo, social e motor. O feto já tem desenvolvido a sua memória e os sentidos da visão, tato e audição. Sabe-se que o recém-nascido tem traços temperamentais e que diferencia e mostra preferências por certos estímulos visuais e auditivos.

O desenvolvimento intelectual da criança com SD não depende exclusivamente das alterações cromossômicas, mas também do potencial e das influências do meio que a criança vive necessitando de um trabalho de estimulação desde o nascimento para desenvolver todo seu potencial. Na criança com Síndrome de Down esse desenvolvimento é mais lento, porém segue as mesmas etapas que as crianças que não tem a síndrome, conforme afirmam Tunes e Piantino (2006).

A criança com Síndrome de Down é capaz de compreender suas limitações e conviver com suas dificuldades, “73% deles tem autonomia para tomar iniciativas, não precisando que os pais digam a todo momento o que deve ser feito.” Isso demonstra a necessidade/possibilidade desses indivíduos de participar e interferir com certa autonomia em um mundo onde “normais” e deficientes são semelhantes em suas inúmeras diferenças. O portador da síndrome tem um ritmo de aprendizagem mais lento, cujas etapas precisam ser respeitadas.

Inteligência, memória e capacidade de aprender podem ser desenvolvidas com estímulos adequados.

Como a criança com Síndrome de Down apresenta seus níveis de desenvolvimento mais lentos, quando comparados às crianças “normais”, cabe aos pais e educadores dessas crianças a função de estimulá-los por meio de atividades lúdicas, visando prepará-los para a aprendizagem de habilidades mais complexas, pois, elas são capazes de atuar em níveis muito mais elevados do que se acreditava anteriormente. Dentro dos limites impostos por sua condição genética básica, há uma gama de variantes intelectuais e físicas. Uns têm comprometimento maior do que outros, mas mesmo os de Q.I. mais deficitário surpreendem (SANTIAGO et al., 1997, s.p.). A

educação da criança com Síndrome de Down deve começar a partir do nascimento, com uma estimulação capaz de integrá-la progressivamente ao meio ambiente e à vida social.

A criança com Síndrome de Down têm idade cronológica diferente de idade funcional, desta forma, não devemos esperar uma resposta idêntica à resposta da “normais”, que não apresentam alterações de aprendizagem.

A prontidão para a aprendizagem depende da complexa integração dos processos neurológicos e da harmoniosa evolução de funções específicas como linguagem, percepção, esquema corporal, orientação têmporo-espacial e lateralidade.

Crianças com Síndrome de Down, não desenvolvem estratégias espontâneas e este é um fato que deve ser considerado em seu processo de aquisição de aprendizagem, já que esta terá muitas dificuldades em resolver problemas e encontrar soluções sozinhas.

Outras deficiências que acometem a criança Down e implicam dificuldades ao desenvolvimento da aprendizagem são: alterações auditivas e visuais; incapacidade de organizar atos cognitivos e condutas, debilidades de associar e programar seqüências. Estas dificuldades ocorrem principalmente por que a imaturidade nervosa e não mielinização das fibras pode dificultar funções mentais como: habilidade para usar conceitos abstratos, memória, percepção geral, habilidades que incluam imaginação, relações espaciais, esquema corporal, habilidade no raciocínio, no entanto, a criança com Síndrome de Down têm possibilidades de se desenvolver e executar atividades diárias e ate mesmo adquirir formação profissional e no enfoque evolutivo, a linguagem e as atividades como leitura e escrita podem ser desenvolvidas a partir das experiências da própria criança.

Não há um padrão estereotipado previsível nas crianças com Síndrome de Down e o desenvolvimento da inteligência não depende exclusivamente da alteração cromossômica, mas é também influenciada por estímulos provenientes do meio.

2.5. - inclusão da criança com SD na rede de ensino regular.

A inclusão de crianças com Síndrome de Down na rede regular de ensino, trará benefícios a esses sujeitos, que aprenderá desde cedo a ser autônomo, independente e a saber viver em sociedade e esse direito não deve ser de maneira alguma negado a ele. Em relação aos educadores a maior conquista na inclusão está em conseguir garantir a todos o direito a educação.

Se a escola prepara seus alunos para o futuro ela não pode ficar parada no tempo tem que evoluir junto com eles e dar a todos o mesmo preparo, aceitar a diversidade evita a exclusão e contribui para o sucesso dos alunos.

A filosofia da inclusão, por sua vez, precisa ser interpretada, divulgada e planejada corretamente, afim de produzir resultados adequados. Neste sentido, campanha de esclarecimento sobre a educação inclusiva, levada a efeito pelos setores público e privados junto á sociedade, muito contribuirá para torná-la realidade. (SCHWARTZMAN, 1999, p.262).

Ao contrário do que muitos pensam tanto a criança com deficiência quanto a sem deficiência, não se desenvolvem espontaneamente com o tempo, pois as mesmas não possuem instrumentos para, sozinhas, percorrerem o caminho do desenvolvimento. Tudo depende das interações e experiências as quais são expostas, ou seja, das aprendizagens fornecidas pelo seu meio social. Isso quer dizer que não é suficiente ter todo o “aparato biológico” da espécie humana para realizar uma tarefa, se o indivíduo não participa de ambientes e práticas específicas que propiciem esta aprendizagem (VYGOSTSKY, 1997).

Melero (1999) , parte da premissa básica de que o ser humano funciona como um todo : cada um dos aspectos - processos cognitivos, linguagem e competência motora são influenciados entre si , numa inter relação em espiral, quando se pretende melhorar as condições cognitivas , lingüísticas, afetivas e de autonomia motora das crianças com Síndrome de Down, tornam se necessário qualificar os contextos onde vivem (família, escola, sociedade) .

O desenvolvimento da criança com SD, é como uma escada em degrau e o trabalho tanto dos pais como dos educadores é de estimular e induzir a criança a subir

passo a passo, é possível produzir programas de desempenho semelhante a uma escada como conseqüências evolutivas em diferentes áreas como desenvolvimento motor e lingüístico, esta estimulação torna se mais fácil com a inserção destas na escola regular de ensino.

Para Vygotsky (2007) as ações imitativas são oportunidades de a criança realizar o que está além de suas próprias capacidades, o que contribuirá para o seu desenvolvimento: “o que a criança pode fazer hoje com auxílio poderá fazê-lo amanhã por si só” (2007, p.98). Ele defende ainda a importância do educador nesse processo, onde o professor deve assumir o papel de interlocutor mais experiente, intervindo, ajudando o aluno a confrontar seus modelos com o modelo do outro e, a partir desse confronto chegar à compreensão das diversidades encontradas.

O funcionamento cognitivo do aluno com SD comporta um conjunto de características que apresentam certa fragilidade nesse funcionamento. O professor não deve considerar essas características como obstáculo para uma ação educativa eficiente, ao invés disso, deve desenvolver estratégias que permitam maximizar a eficiência de suas intervenções educativas. Seja qual for a importância da deficiência do aluno, ele é capaz de realizar numerosas aprendizagens. “Voivodic afirma: “A inteligência não se define, se constrói, a genética representa apenas uma possibilidade, e as competências cognitivas são algo que se adquire” (2006. p 43).”

Na rotina escolar as atividades propostas precisam atender as necessidades dos alunos, respeitando suas limitações dentro do processo de ensino-aprendizagem. Portanto é fundamental conhecer algumas características do desenvolvimento cognitivo e lingüístico da criança com síndrome de Down, relevantes para este processo. Estas crianças têm um atraso no desenvolvimento da linguagem e dificuldades na oralidade, isso faz com que possuam um vocabulário reduzido, levando-os a se expressarem com pouca clareza, porém compreendem muito bem a fala de outrem. Também tem dificuldades no processamento da memória auditiva de curto prazo. Essas afetam sua capacidade de se expressar e de desenvolverem habilidades cognitivas como pensar, raciocinar e relembrar informações instantaneamente (BUCKLEY; BIRD 1994 apud, BISSOTO 2005, p. 82).

O desafio atual da escola como mediadora comprometida com a inclusão social é mediar as situações de ensino-aprendizagem junto aos professores, a fim de facilitar a inclusão da criança com deficiência, tendo em mente também que em tal

perspectiva as diferenças entre as necessidades educacionais comum se tornem cada vez menores, até o ponto em que as necessidades singulares de cada educando possam ser percebidas pela escola de ensino regular comum com qualidade.

“Historicamente, a proposta de integração escolar foi elaborada em 1972, na educação especial, por um grupo de profissionais da escandinávia, liderados por wolfensberger, na forma do chamado princípio de normalização. Este princípio apregoa que todas as pessoas portadoras de deficiências têm o direito de usufruir de condições de vida o mais comum ou “normal” possível, na sociedade em que vivem.” (batista; enumo, 2004).

Devemos reconhecer as diferenças e aprender a conviver com elas, até porque, mesmo entre os alunos ditos “normais”, existem diferenças, por isso é de suma importância considerarmos que a essência da humanidade possui diferenças, e assim será possível que num contexto de integração a educação aconteça na medida em que o aluno com necessidades especiais se integre e adapte aos recursos disponíveis que a escola regular lhe oferece.

3 - Metodologia

O estudo trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva numa abordagem qualitativa. Com a utilização de estudo de caso, levando-se em consideração que este trabalho tem por objetivo compreender como acontece a inclusão de alunos com SD em sala de aula do ensino regular comum.

Para Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo oferecer uma maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito ou possibilitando a construção de hipóteses. Essa familiaridade é quase sempre encontrada pela procura de materiais que informem ao pesquisador a real importância do problema, o estágio em que essas informações se encontram à respeito do assunto e revelar ao pesquisador novas descobertas (SANTOS, 2001).

O método qualitativo, por sua vez, foi escolhido devido ao objetivo traçado, pois, possibilitará a caracterização dos resultados coletados na entrevista. Segundo Richardson (2009) esse método pode ser identificado como uma tentativa de compreender os significados e as características das situações apresentadas pelos entrevistados.

3.1 – Caracterização do estudo de caso

O estudo foi realizado na Escola Municipal Alvorada, localizada no Bairro Residencial Alvorada, Município de Novo Gama GO. A escola oferece Educação Infantil e primeira fase do ensino fundamental, com 12 turmas, distribuídas nos turnos matutino de 8 às 12h e vespertino de 13 às 17h, com uma demanda de aproximadamente 200 alunos por turno, mantidos pelo poder público Municipal. O quadro de funcionários é composto por um Gestor, um Secretário e Auxiliar de secretaria; 1 coordenador pedagógico e 11 professores, 4 merendeiras, 4 vigilantes(dois noturnos e 2 diurnos), 4 zeladores.

Faz parte da estrutura física: sala dos professores, secretaria, direção, 6 salas de aula, 1 sala de recursos multifuncional, 1 biblioteca, 1 laboratório de informática, 1 cantina, 2 banheiros para os professores, 2 banheiros para os alunos, pátio coberto e parque infantil.

Foram escolhidos como participantes a coordenadora da escola e 5 professoras. Os dados referentes a caracterização da aluna com SD, foram repassados pela coordenadora escolar e pelos professores.

3.2 - Contexto da pesquisa

Para realização da coleta de dados foi realizada uma pesquisa de campo a fim de obter informações a respeito de alunos com SD matriculados na rede regular de ensino fundamental da rede Municipal de Novo Gama. Foi escolhida a Escola Municipal Alvorada, por ser de fácil acesso para realização do estudo e principalmente por encontrar matriculada em sala de aula regular uma aluna com Síndrome de Down.

Foi aplicado um questionário aos professores e coordenador que desenvolveram seu trabalho voltado para a inclusão de alunos com SD, especificamente como professores da aluna em questão, com a finalidade de investigar se existe e quais são as singularidades dos sujeitos com SD, como a entrada de alunos com SD beneficia a troca e a possibilidade de alteridade na escola, e se há alguma diferenciação na intervenção pedagógica do professor com alunos com SD.

3.3- Sujeitos da pesquisa

Sujeito A: É aluna portadora de SD, iniciou seus estudos em 2007 aos 15 anos de idade na Escola Municipal Alvorada, onde cursou o primeiro ano do ensino fundamental, em 2008 cursou o segundo ano, onde ficou retida e concluiu o mesmo em 2009, em 2010, 2011 e 2012 cursou o terceiro ano e foi promovida para o quarto ano 2013.

Sujeito B: Professora, concursada na rede de ensino Municipal de Novo Gama, pós-graduada em AEE (Atendimento Educacional Especializado), atua como professora há 15 anos, e trabalhou como professora regente da aluna C.O em 2011

Sujeito C: Professora concursada na rede de Ensino Municipal de Novo Gama, desde 2004, graduada em pedagogia, pós-graduada em AEE (atendimento Educacional Especializado), foi professora de recursos da aluna com SD em 2011.

Sujeito D: Professora concursada na rede de Ensino Municipal de Novo Gama, 30 anos, graduada em pedagogia, pós-graduada em Orientação Educacional, foi professora dinamizadora da aluna C.O em 2011.

Sujeito E: Professora concursada da rede de Ensino Municipal de Novo Gama, desde 2011, 25 anos, graduada em pedagogia, atua como professora há 6 anos. Trabalhou como professora regente da aluna C.O em 2012.

Sujeito F: Professora concursada da rede Municipal de Novo Gama desde 2011, 32 anos, graduada em pedagogia e letras, pós-graduada em psicopedagogia clinica e institucional/ orientação/ gestão/ docência do ensino superior/ educação infantil. Atua como professora há 15 anos. Acompanhou a aluna C.O como professora dinamizadora no ano de 2012.

Sujeito G: Professora concursada da rede Municipal de Novo Gama desde 2006, 45 anos, graduada em pedagogia, pós-graduada em psicopedagogia clinica e institucional e cursa pós-graduação em coordenação pedagógica. Acompanhou o trabalho dos docentes que atuaram diretamente com a educação inclusiva, especificamente com a aluna C.O com SD. Exerce a função de professora há 11 anos

3.4 - Análises dos resultados

O material de pesquisa são os registros das entrevistas semi estruturadas, realizadas com os participantes acima descritos.

Para análise dos dados, foram seguidas as seguintes etapas:

- 1- Releitura de todo o material.
- 2- Levantamento de alguns pontos, que a partir da leitura, foram assinalados como mais significativos: singularidades dos sujeitos com SD, alteridade, intervenção pedagógica.

A análise foi feita por tópicos, seguindo a ordem das questões levantadas por meio das entrevistas.

- **Trabalho pedagógico com criança ou adolescente com SD.**

A maioria dos professores considera um desafio o trabalho pedagógico com crianças com SD, evidencia compromisso e dedicação quanto à preparação das aulas e quanto à metodologia utilizada utilizada, considerando o nível de DI do aluno com SD, porém estes se colocam como algo gratificante em seu fazer na prática escolar.

È possível verificar essas assertivas na fala a seguir:

Sujeito A: É um desafio e ao mesmo tempo gratificante [.....]

Sujeito B: “É um processo muito gratificante, pois com eles aprendemos mais do que ensinamos principalmente no lado afetivo”.

Sujeito D: “ É natural , só não podemos esquecer que a criança com SD, pode não conseguir acompanhar o ritmo da turma”

F: É preciso toda uma dedicação a fim de proporcionar uma aprendizagem prazerosa dentro do nível de desenvolvimento intelectual do aluno[...]

É visível que a alteridade tem sido um ponto de partida desses professores e eles reconhecem a singularidade dessas crianças, entretanto concepções como “naturalização do aprender”, a “falta de acompanhamento no ritmo homogêneo da escola” nos faz pensar que há concepções que ratificam uma necessidade pedagógica de normalização das crianças e adolescente com SD.

Segundo Mantoan (1997), o grande desafio para o professor em termo de sua atuação segundo um currículo construtivista de educação para o deficiente esta em fazê-lo encarar o aluno como uma pessoa que age decide e pensa com seus próprios meios.

“É imprescindível que o professor estude, atualize-se e procure adaptar os novos conhecimentos adquiridos, partindo de hipóteses levantadas em seu próprio espaço educacional”. (Mantoan, 1997, p.156)

Cabe então ao professor seguir os passos de seus alunos no sentido de fazer por seus próprios meios à resposta ou conhecimento a que ele tem condições de acesso, tendo plena responsabilidade na perspectiva educacional, influenciando nos alunos a segurança necessária para fazer com que se sintam motivados a enfrentar as dificuldades escolares, buscando eles próprios às soluções para os seus problemas, tendo autonomia para resolvê-la.

Neste enfoque o professor precisa antes de qualquer coisa conhecer o seu aluno, sua realidade e assim traçar dele um perfil servindo de base para as elaborações de suas atividades pedagógicas. “Um traçado não se restringe ao um único aspecto do desenvolvimento, mas ao seu sujeito por inteiro”. (Mantoan, 1997, p.156)

- **Singularidade do processo de aprendizagem**

A maioria dos professores considera o desenvolvimento dos alunos com SD lento, porém acreditam no seu desenvolvimento acadêmico.

Ressaltam a importância da estimulação precoce e o acompanhamento familiar como de fundamental importância no desenvolvimento do processo de aprendizagem desses alunos.

A professora A: relata que “alunos com SD tem muitas limitações principalmente com a linguagem, o que dificulta o processo de aprendizagem”.

A professora F: “o ritmo de desenvolvimento cognitivo é lento tanto na leitura quanto na linguagem”.

O desenvolvimento cognitivo de crianças com síndrome de down é bastante variado, é importante avaliar as crianças com síndrome de down individualmente. Crianças com síndrome de Down podem ter uma ampla gama de habilidades, mas não é possível prever suas capacidades.

A identificação dos melhores métodos de ensino para cada criança em particular deve começar o mais precocemente possível.

Vale lembrar que os problemas de “dificuldades” de aprendizagem são complexos; suas manifestações podem ser sintomas de uma infinidade de fatores.

O diagnóstico apropriado de cada um é indispensável para poder conceber estratégias de conduta adequadas. É importante que a criança e as pessoas a cargo da sua educação conheçam seus pontos fortes e suas áreas de dificuldades, a forma como aprende e como poderia compensar esta área deficitária. GÓMEZ (2009, p 91).

- **Intervenção pedagógica.**

Evidencia uma preocupação por parte dos professores quanto a intervenção pedagógica com alunos com SD, ao relatar a necessidade de conhecer suas limitações, montar uma linha de trabalho que possa favorecer a aprendizagem uma vez que o aluno com SD, pode ter um desenvolvimento mais lento no aspecto cognitivo.

Há uma preocupação também em intervir de forma lúdica e dinâmica com uso de matérias concretos a fim de favorecer a aprendizagem, propondo sempre atividade que estejam dentro das possibilidades de aprendizagem do aluno.

O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão (MANTOAN, 1997, p.21).

- **A entrada de crianças com deficiência na escola comum.**

A maioria dos profissionais entrevistados acredita que a entrada de alunos com deficiência na escola comum é um avanço da educação, e a vê como ponto positivo a fim de contribuir para a integração dos alunos com NE, oportunizando a todos uma aprendizagem de vida, onde um ser é capaz de aprender com o outro respeitando suas diferenças, assim é possível observar o quanto a educação inclusiva pode contribuir para a alteridade no âmbito escolar.

Segundo Frei Beto alteridade é ser capaz de apreender o outro na plenitude da sua dignidade, dos seus direitos e, sobretudo, da sua diferença.

É possível observar a ocorrência da alteridade nas falas abaixo:

Sujeito E: [...] É dar a eles a oportunidade de conviver com as outras crianças ditas “normais” e permitir que elas tenham contato com outras formas de aprendizagem concedendo a eles o

direito de conviver com os demais de modo a cada um respeitar os direitos do outro.

Sujeito B: [...] as crianças terão a oportunidade de conviver com a diferença, de aprender um com o outro.

A oportunidade de conviver socialmente deve ser estendida a todos, pois é essa combinação de diversidades sociais que permitem ao sujeito uma troca de experiência e aprendizagem, onde as vidas das pessoas podem ser enriquecidas mutuamente. Mesmo sabendo que a inclusão esta acontecendo de forma lenta é possível acreditar que ela esta acontecendo, e que as crianças com NE inseridas na sala de aula comum, muito tem a contribuir e usufruir deste ambiente construtor de pensamentos e ações.

Considerações finais

A análise do estudo sobre a inclusão de alunos com SD na rede regular de ensino, mostra que a inclusão esta acontecendo, é possível notar que os entrevistados tem uma visão social da inclusão e acredita no beneficio que essa inclusão traz para os alunos, por contribuir no seu ganho acadêmico e social.

Percebe-se também que há singularidade no processo de aprendizagem do aluno com SD, o que demonstra a nossa responsabilidade como educadoras em reconhecê-las e construir estratégias de ação que garantem uma inclusão de fato, no qual a lógica do pertencimento vigore para além do compartilhamento dos espaços.

Aprender a ensinar na diferença nos impõe o desafio de pensar em metodologia diferenciada associada à reflexão teórica para que possamos substituir as interrogações por superações.

A mediação pedagógica é mais significativa e eficiente quando resulta na combinação de estratégias variadas, orientadas em função das dificuldades e potencialidades do aluno com SD. É importante considerar a mediação do professor como uma ação multidimensional, visto que nela estão implicados diversos aspectos do desenvolvimento e não apenas o cognitivo.

De acordo com Vygotsky (2007), a aprendizagem em qualquer área do conhecimento não acontece tão facilmente se não tiver um facilitador para motivá-la. Ao longo deste caminho as pessoas que acreditam neste processo de transformação com certeza estarão juntas fazendo uma ponte para que nesta via a educação seja respeitada, valorizada e preferencialmente que tenha uma visão voltada para uma sociedade totalmente inclusiva.

A pesquisa mostrou vários pontos importantes no que se refere aos questionamentos levantados sobre os aspectos pedagógicos, metodológicos e sociais onde foi possível observar que a entrada dos alunos com NE na sala de aula regular do ensino fundamental é um grande avanço na educação inclusiva, que as singularidades desses sujeitos estão sendo respeitadas e que a mediação pedagógica esta acontecendo.

Por tanto é importante que o processo educativo num âmbito geral envolva o aluno com NE , visando seu desenvolvimento, removendo barreiras em todas as áreas necessárias para seu crescimento enquanto ser humano e contribuindo para que a alteridade realmente aconteça.

PARTE 3

PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

OS CAMINHOS QUE VOU SEGUIR

PLANO DE ATUAÇÃO FUTURA

Desde que conclui o magistério em 1996, ano em que comecei atuar como professora nas series iniciais, sempre tive em mente que a aprendizagem é um processo contínuo, e que todo profissional precisa buscar aprimorar seus conhecimentos a fim de melhorar o seu desempenho profissional e conseqüentemente alcançar seus objetivos dentro de uma perspectiva educacional. Durante todos esses anos carreguei comigo o desejo de cursar uma faculdade, mas por Ns motivos esse meu desejo foi sendo adiado até o momento em que consegui ingressar na Universidade de Brasília, no tão sonhado curso de pedagogia. Quero porem ressaltar que durante todos esses anos, procurei não ficar estacionada no tempo, fiz vários cursos de capacitação presencial e a distancia, participei de palestras, simpósios e seminários sempre com o intuito de investir na minha carreira profissional buscando conhecimentos para melhor desenvolver minha metodologia de trabalho.

Porém esses conhecimentos apesar de ter me proporcionado um conhecimento inovador dentro das praticas pedagógicas, não foram suficientes para atuar como educadora dentro de uma perspectiva inovadora, assim sendo o curso de pedagogia veio somar de maneira impar essa minha construção de conhecimento, pois tive a oportunidade de conhecer e aprender a desenvolver projetos e a participar desses projetos educativos com o objetivo investigar e de melhorar meu desempenho no processo de aprendizagem de ensino aprendizagem, através de reflexão, sistematização e produção de conhecimentos, assim como adquirir competências nas diferentes áreas do conhecimento, a fim de analisar, apreender e compreender as diferentes concepções e práticas pedagógicas que se desenvolvem nas relações sociais e produtivas de cada época, pude também adquirir conhecimentos relacionados à formas de gestão e organização dos sistemas de ensino, assim como adquirir conhecimentos para atuar nos seguintes segmentos:

- * educação de jovens e adultos;
- * Gestão (administração, supervisão e orientação)
- * Educação Inclusiva

* Além das series iniciais do ensino fundamental e educação infantil.

Como plano de atuação futura pretendo a partir de 2013 me especializar na área de educação inclusiva, pois depois de passar por tantos desafios em relação a como desenvolver um melhor trabalho voltado para alunos com NEE, foi que senti o desejo e a necessidade de ir em busca de tais conhecimentos para atuar com as diferenças sociais e culturais das pessoas com deficiência e adquirir conhecimentos aprofundados sobre as necessidades educativas especiais, em sua totalidade.

Depois de Estudar sobre educação inclusiva de forma mais ampla pretendo também fazer um curso de Atendimento Educacional Especializado, pois tenho o desejo de atuar de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos com NEE e conseqüentemente contribuir para a inserção dos mesmos na sociedade, pois um dos princípios da inclusão é o respeito às diferenças, é entendê-la como agente de transformação de nossa realidade educacional, é respeitar nos educandos suas singularidades promovendo mudanças significativas nos processos sociais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Anotado-2ª edição revista e atualizada; Cury, Garrido & Marçura; Editora Revista dos Tribunais. 2000.

BRASIL, **Inclusão**: Revista da Educação Especial v.4 n° 1 janeiro/junho 2008 Brasília.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**- LDB n° 9.394, de 20 /12 1996.

BRASIL, **Lei N.º 12.860**, de 19 de junho de 1995.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, 20 de dezembro de 1961.

CUNNINGHAM, Cliff. **Síndrome de Down**: uma introdução para pais e cuidadores. Cliff Cunningham; tradução Ronaldo Cataldo Costa.3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2008. 312p.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51 Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LINS, A. M. F. **Políticas Públicas para Inclusão de Crianças com Síndrome de Down no Ensino Regular: um estudo sobre o projeto super(ação)**. Salvador, 2009. Disponível em: http://tede.ucsal.br/tde_arquivos/4/TDE-2010-07-06T093316Z153/Publico/ALINA%20MENDES%20DE%20FARIA%20LINS.pdf. Acesso em: 05-02-2013

MAZZOTTA. Marcos José da Silveira; D' ANTINO, Maria Eloísa Famá. **Inclusão Social de Pessoas com deficiências e necessidades especiais**: cultura, educação e lazer. Saúde soc. vol.20 n°.2 São Paulo abr./jun. 2011.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimentos dos processos psicológicos superiores. 7ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

TUNES, Elizabeth. **Cadê a Síndrome que estava aqui? O gato comeu...**: o Programa da Lurdinha. 3ª edição. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. 5ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação:

Título do projeto: "xxxxxxxxxxxxxx"

Pesquisador responsável: XXXXXXXXXXXX sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Fátima Lucília Vidal Rodrigues.

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília e Universidade Aberta do Brasil, curso de Pedagogia da Universidade de Brasília .

Telefones para contato: (61)33072130

Nome do voluntário:

Idade: _____ anos

R.G.

Responsável legal (quando for o caso):

R.G. Responsável legal: _____

O/A Sr. (a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa "xxxxxxxxxxxxxx", de responsabilidade do pesquisadora xxxxxxxxxxxx, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Fátima Lucília Vidal Rodrigues. Tendo como objetivo xxxxxxxxxxxxxxxx. Ao participar deste estudo o/a Sr. (a) permitirá que o pesquisador atinja o objetivo proposto, afim de contribuir com a melhora da xxxxxxxxxxxxxxxx. O/A Sr. (a) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do pesquisador do projeto acima citado e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador e a orientadora terão conhecimento dos dados.

Ao participar desta pesquisa a Sr. (a) não terá nenhum benefício direto.

O Sr. (a) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Eu, _____, RG nº _____
_____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Entrevista

- 1- Como é receber e trabalhar pedagogicamente com crianças ou adolescentes com síndrome de down?
- 2- Você considera que há algumas singularidades no processo de aprendizagem desses sujeitos? Se sim, quais você poderia descrever? Se não, como você compreende isso?
- 3- Como você planeja sua intervenção pedagógica com esses sujeitos?
- 4- O que significa pra você a entrada de crianças com deficiência na escola comum em sala regulares?
- 5- Quando você pensa a entrada de estudantes com síndrome de down na escola comum quais são as questões mais frequentes que você se faz?